



Ministério d.....



Decreto n.º

Projeto de Decreto-Lei n.º .../2014,

de .../...

A atividade de produção descentralizada de energia elétrica é atualmente regulada pelo Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, a partir de recursos renováveis, através de unidades de miniprodução, e pelo Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 118-A/2010, de 25 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de unidades de microprodução.

Estes regimes, embora pressupondo que a atividade de produção deve estar associada a uma instalação de utilização de energia elétrica com consumo efetivo e a um contrato de fornecimento de eletricidade celebrado com um comercializador, permitem a entrega total da energia produzida nas respetivas unidades à rede eléctrica de serviço público (RESP), a qual é remunerada através do regime geral ou do regime bonificado.

Com efeito, o Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro, afastou-se do paradigma do Decreto-Lei n.º 68/2002, de 25 de março, procedendo à sua revogação, o qual regulava a atividade de produção de energia eléctrica em baixa tensão destinada predominantemente a consumo próprio, sem prejuízo da possibilidade de entrega da produção excedente a terceiros ou à rede pública.

Procurava-se, então, novas soluções de produção de energia descentralizada e de inovação tecnológica, acomodando-se a figura de produtor-consumidor de energia eléctrica em baixa



Ministério d.....



Decreto n.º

tensão (ou do produtor em autoconsumo) no âmbito do Sistema Elétrico Independente, e permitindo-se ainda a existência de ligação à rede pública de distribuição de energia elétrica, na tripla perspectiva de autoconsumo, de fornecimento a terceiros e de entrega de excedentes à rede.

O regime da produção em autoconsumo não teve, no entanto, a aceitação esperada, verificando-se, aquando da publicação do referido Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março, que eram poucas as unidades com estas características que se encontravam registadas. A imaturidade da tecnologia desincentivava a realização de investimentos avultados que tivessem como única contrapartida o custo evitado com a aquisição da energia elétrica à rede. Assim, a aposta neste tipo de tecnologia apoiou-se antes na atribuição de uma remuneração bonificada da totalidade da energia produzida, que permitisse aos promotores a recuperação dos montantes investidos.

A produção descentralizada através de unidades de miniprodução e de microprodução têm demonstrado, no entanto, que a evolução tecnológica permite hoje em dia desenvolver projetos com recurso a menor investimento, o que, naturalmente, tem justificado a adequação da respetiva remuneração da energia proveniente destas unidades de produção.

Por sua vez, reconhece o Governo o potencial da atividade de produção em autoconsumo, como forma de promover um maior conhecimento, especialmente pelos consumidores em baixa tensão, do respetivo perfil de consumo, induzindo comportamentos de eficiência energética e contribuindo ainda para a optimização dos recursos endógenos e para a criação de benefícios técnicos para a RESP, nomeadamente através da redução de perdas na mesma.

Por outro lado, a implementação de uma política energética mais equilibrada e direcionada



Ministério d.....



Decreto n.º

para a resolução dos problemas atuais das empresas, das famílias e do País, assume-se como objetivo do Programa do XIX Governo Constitucional, procurando-se, para tal, garantir fontes de energia final a preços relativamente competitivos, e um modelo energético de racionalidade económica com incentivos transparentes e adequados aos agentes de mercado, bem como reforçar a diversificação das fontes primárias de energia e apoiar o desenvolvimento das empresas do sector energético, com ênfase na fileira das energias renováveis.

Neste contexto, e concretizando o disposto no Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, são reformulados e integrados, no presente decreto-lei, os atuais regimes de miniprodução e microprodução, revogando-se o Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 118-A/2010, de 25 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro.

A pequena produção, mantendo os traços gerais estabelecidos pelos diplomas acima identificados, passa, assim, a beneficiar de um enquadramento legal único.

O presente decreto-lei estabelece ainda o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, destinada ao consumo na instalação de utilização associada à respetiva unidade produtora, com ou sem ligação à RESP, baseada em tecnologias de produção renováveis ou não renováveis.

As atividades de produção distribuída – de pequena produção e em autoconsumo – regem-se por disposições comuns no que respeita ao controlo prévio das mesmas e aos direitos e deveres dos promotores, e por normas específicas que acolhem as vicissitudes inerentes a



Ministério d.....



Decreto n.º

cada uma das modalidades.

O regime da pequena produção permite ao produtor vender a totalidade da energia elétrica à RESP com tarifa atribuída com base num modelo de licitação, no âmbito do qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência, eliminando-se o regime remuneratório geral previsto nos anteriores regimes jurídicos de miniprodução e de microprodução. Quando não enquadrada no regime remuneratório aplicável à pequena produção, a unidade de produção deverá ser objeto de controlo prévio e atribuição de remuneração nos termos do regime jurídico da produção de eletricidade em regime especial.

Por seu turno, a energia elétrica produzida em autoconsumo destina-se predominantemente a consumo na instalação associada à unidade de produção, com possibilidade de ligação à RESP para venda, a preço de mercado, da eletricidade não autoconsumida. Note-se que, nesta modalidade de produção, o produtor beneficia quando a unidade de produção é dimensionada tendo em conta as efetivas necessidades de consumo da instalação.

Prevê-se, finalmente, a medição da energia elétrica produzida em unidades de produção de autoconsumo, com ou sem ligação à RESP, que se revela fundamental para efeitos de monitorização do cumprimento dos objetivos assumidos no que concerne à utilização de fontes primárias de energia renovável.

Foram ouvidas a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, o Conselho Nacional do Consumo, e a título facultativo, as associações e os agentes do sector.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:



Ministério d.....



Decreto n.º

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

1 - O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, destinada ao consumo na instalação de utilização associada à respectiva unidade produtora, com ou sem ligação à rede elétrica pública, baseada em tecnologias de produção renováveis ou não renováveis, adiante designadas por ‘Unidades de Produção para Autoconsumo’ (UPAC).

2 - O presente decreto-lei estabelece ainda o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de instalações de pequena potência, a partir de recursos renováveis, adiante designadas por ‘Unidades de Pequena Produção’ (UPP).

Artigo 2.º

Âmbito

1 - Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por produção de eletricidade para autoconsumo a atividade de produção destinada à satisfação de necessidades próprias de abastecimento de energia elétrica do produtor, em que a energia produzida anualmente não excede a soma da energia consumida e da energia eventualmente acumulada para consumo próprio.



Ministério d.....



Decreto n.º

2 - Entende-se por unidade de pequena produção a instalação de produção de eletricidade a partir de energias renováveis, baseada em uma só tecnologia de produção, cuja potência de ligação à rede seja igual ou inferior a 250 kW.

3 - Estão excluídos do âmbito de aplicação do presente decreto-lei a produção de eletricidade a partir de unidades móveis ou itinerantes, bem como as unidades de reserva ou socorro associadas a centros electroprodutores regidos por outros regimes jurídicos de produção de eletricidade, bem como a produção em cogeração.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

- a) «Alta tensão (AT)», a tensão entre fases cujo valor eficaz é superior a 45 kV e igual ou inferior a 110 kV;
- b) «Baixa tensão (BT)», a tensão entre fases cujo valor eficaz é igual ou inferior a 1 kV;
- c) «Baixa tensão especial (BTE)», a classificação tarifária de fornecimentos em BT com potência contratada superior a 41,4 kW;
- d) «Baixa tensão normal (BTN)», a classificação tarifária de fornecimentos em BT com potência contratada inferior ou igual a 41,4 kW;
- e) «Categoria BB, MB e MM», o escalão de tensão de ligação à rede em que se insere uma dada UPAC, considerando-se que integram a categoria BB as UPAC associadas a pontos de consumo alimentados em BTN ou BTE; a categoria MB, as UPAC associadas a pontos de consumo alimentados em MT com sistema de contagem instalado do lado da



Ministério d.....



Decreto n.º

BT; e categoria MM, as UPAC associadas a pontos de consumo alimentados em AT ou MT com sistema de contagem instalado do lado da Média Tensão;

f) «Comercializador», a entidade titular de um registo de comercialização de eletricidade em mercado ou qualquer outro operador legalmente autorizado a fornecer eletricidade;

g) «Comercializador de último recurso (CUR)», o comercializador de último recurso referido no n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro, ou, na área das concessões de distribuição de eletricidade em BT, o comercializador de último recurso exclusivamente em BT referido no n.º 4 do mencionado artigo 73.º;

h) «DGEG», a Direção-Geral de Energia e Geologia;

i) «Energia consumida», a energia elétrica utilizada na instalação elétrica de utilização, proveniente da UPAC ou da RESP;

j) «Energia acumulada», a energia elétrica armazenada em dispositivos de acumulação de energia para reserva destinada ao consumo próprio posterior;

k) «Energia sobrança», a energia elétrica proveniente da UPAC que é fornecida à RESP e que, num dado ano, seja superior à energia elétrica fornecida à instalação de utilização associada à UPAC por um comercializador;

l) «Entidade instaladora», a entidade titular de alvará emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (InCI) para a execução de instalações de produção de eletricidade;



Ministério d.....



Decreto n.º

- m) «Instalação elétrica de utilização», a instalação elétrica de consumo, associada ou não a um contrato de fornecimento de eletricidade celebrado com um comercializador;
- n) «Média tensão (MT)», a tensão entre fases cujo valor eficaz é superior a 1 kV e igual ou inferior a 45 kV;
- o) «Operador da rede de distribuição (ORD)», o operador da rede de distribuição definido no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro;
- p) «Ponto de ligação», o ponto que estabelece a fronteira entre a instalação de produção e a instalação elétrica de utilização a que se encontra ligada;
- q) «Potência contratada», o limite da potência estabelecida no dispositivo controlador da potência de consumo de eletricidade contratada com um comercializador, quando se trate de instalações ligadas em baixa tensão normal, ou a potência que o operador da rede de distribuição coloca à disposição no ponto de entrega, quando se trate de instalações ligadas em baixa tensão especial e em média tensão;
- r) «Potência instalada», a potência aparente e ativa, em kW e kVA, dos equipamentos de produção de eletricidade;
- s) «Potência de ligação», a potência máxima ou, no caso de instalações com inversor, a potência aparente e ativa de saída deste equipamento, em kW e kVA, que o produtor pode injetar na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP);
- t) «Produtor», a entidade titular de um registo para a produção de eletricidade por intermédio de uma UP, nos termos do presente decreto-lei;



Ministério d.....



Decreto n.º

- u) «Promotor», a entidade interessada em obter ou requerente de um registo para a produção de eletricidade por intermédio de uma UP, nos termos do presente decreto-lei;
- v) «SRUP», o Sistema de Registo da UPAC e da UPP, que constitui uma plataforma eletrónica de interação entre a Administração Pública, os promotores, os produtores e demais intervenientes no procedimento de registo e nas vicissitudes do registo, acessível através de portal eletrónico disponibilizado para o efeito;
- w) «Unidade de produção (UP)», a UPAC e a UPP quando referidas conjuntamente.

CAPÍTULO II

Acesso e exercício das atividades de produção para autoconsumo e de pequena produção

Secção I

Condições de acesso e de exercício da atividade

Artigo 4.º

Controlo prévio

- 1 - A atividade de produção de energia elétrica regulada pelo presente decreto-lei é livre, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 - A instalação de uma UP está sujeita a registo prévio e a sua entrada em exploração sujeita à obtenção de certificado de exploração, salvo o disposto no n.ºs 3, 6 e 7.
- 3 - Tratando-se de uma UPAC cuja potência instalada seja superior a 1 MVA, a sua instalação e a entrada em exploração carecem de licença de produção e licença de exploração, respetivamente, considerando-se, salvo menção expressa em contrário, como



Ministério d.....



Decreto n.º

reportada à licença de produção ou à licença de exploração as referências feitas no presente decreto-lei ao registo ou ao certificado de exploração, respetivamente, sempre que se trate de uma UPAC abrangida pelo limiar previsto neste número.

4 - É permitida a pluralidade de registos de UP em nome do mesmo produtor, desde que cada uma delas esteja ligada a uma só instalação de utilização de energia elétrica em nome do mesmo produtor.

5 - A UP é instalada no mesmo local servido pela instalação de utilização de energia elétrica.

6 - A UPAC cuja potência instalada seja superior a 200 W e igual ou inferior a 700 W ou cuja instalação elétrica de utilização não se encontre ligada à RESP está sujeita a mera comunicação prévia de exploração, nos termos do artigo 14.º do presente decreto-lei.

7 - A UPAC cuja potência instalada seja igual ou inferior a 200 W está isenta de controlo prévio.

8 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o titular de UPAC que pretenda fornecer energia elétrica não consumida na instalação elétrica de utilização, nos termos do artigo 26.º, e cuja potência instalada seja igual ou inferior a 700 W, está sujeito a registo prévio e à obtenção de certificado de exploração, bem como às demais normas do presente decreto-lei aplicáveis aos produtores.

9 - O detentor de uma instalação elétrica de utilização sem ligação à RESP associada a uma unidade de produção que, independentemente da potência instalada, utiliza fontes de energia renovável, e pretenda transacionar garantias de origem, está sujeito a registo prévio e à obtenção de certificado de exploração, bem como às demais normas do presente decreto-lei aplicáveis aos produtores, com as devidas adaptações.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 5.º

Requisitos para acesso ao registo

1 - Pode aceder ao registo de uma UP a pessoa singular ou coletiva, incluindo condomínios de edifícios organizados em propriedade horizontal, que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Disponha, à data do pedido de registo, de uma instalação de utilização de energia elétrica e, caso esta instalação se encontre ligada à RESP, seja titular de contrato de fornecimento de energia celebrado com um comercializador de eletricidade, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4;
- b) A potência de ligação da UP seja menor ou igual a 100% da potência contratada no contrato de fornecimento de energia referido na alínea *a*);
- c) A potência instalada na UPAC não seja superior a duas vezes a potência de ligação;
- d) A energia consumida na instalação de utilização da UPP seja igual ou superior a 50% da energia produzida pela respetiva unidade, sendo tomada por referência a relação entre a energia produzida e consumida no ano anterior, no caso de instalações em funcionamento há mais de um ano, e a relação entre a previsão anual de produção e de consumo de energia, para as instalações que tenham entrado em funcionamento há menos de um ano.

2 - Sempre que a instalação elétrica de utilização se encontre ligada à RESP, o promotor deve proceder a uma averiguação das condições técnicas de ligação no local onde pretende instalar a UP, com vista a verificar a existência de condições adequadas à receção



Ministério d.....



Decreto n.º

de eventuais excedentes da eletricidade, procedendo, nomeadamente, a medições de tensão nesse local, e salvaguardando os limites e condições técnicas estabelecidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento Técnico e de Qualidade previsto no artigo 19.º do presente decreto-lei.

3 - Pode ainda aceder ao registo de uma UPP entidade terceira autorizada pelo titular do contrato de fornecimento de eletricidade à instalação de utilização, desde que sejam observadas as condições estabelecidas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1.

4 - A autorização referida no número anterior é expressa em contrato escrito celebrado entre as duas entidades mencionadas no mesmo número, o qual deverá regular também as relações entre ambas.

Artigo 6.º

Requisitos para obtenção do registo e do certificado de exploração

1 - A aceitação de um registo submetido por um promotor no SRUP está sujeita aos procedimentos e condições estabelecidos no artigo 13.º do presente decreto-lei.

2 - O registo da UP torna-se definitivo com a emissão do certificado de exploração.

3 - O certificado de exploração é emitido ao titular do registo após a instalação da UP e verificação da sua conformidade, nos termos e de acordo com os procedimentos estabelecidos no artigo 14.º do presente decreto-lei.

Artigo 7.º

Direitos do produtor

1 - No exercício da atividade de produção de eletricidade para autoconsumo prevista no presente decreto-lei, constituem direitos do produtor:



Ministério d.....



Decreto n.º

- a) Estabelecer uma UPAC por cada instalação elétrica de utilização, recorrendo a um qualquer *mix* de fontes de energia, renováveis e não renováveis, e respetivas tecnologias de produção associadas e, no caso de uma UPP, recorrendo a apenas uma tecnologia de produção;
- b) Ligar a UPAC à instalação elétrica de utilização e no caso de uma UPP ligá-la à RESP, após a emissão do correspondente certificado de exploração definitivo, nos termos do disposto no artigo 14.º do presente decreto-lei.
- c) Consumir, na instalação elétrica de utilização a que se encontra associada a UPAC, a eletricidade gerada nesta, bem como exportar eventuais excedentes para a RESP, nos termos previstos na Secção IV deste Capítulo, sem prejuízo do disposto no n.º 3;
- d) Celebrar contrato de venda da eletricidade proveniente da UPAC não consumida na instalação elétrica de utilização de eletricidade, ou da eletricidade produzida na UPP, nos termos da Secção IV deste Capítulo;
- e) Acumular a energia produzida na UPAC e não consumida instantaneamente, podendo essa energia ser posteriormente consumida na instalação elétrica de utilização;
- f) Solicitar a emissão de Garantias de Origem (GO) à Entidade Emissora de Garantias de Origem (EEGO) relativas à eletricidade produzida na UPAC e autoconsumida, proveniente de fontes renováveis, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 a 4, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 39/2013, de 18 de março.

2 - A ligação da UPAC referida na alínea *b)* do número anterior pode ser efetuada em baixa tensão, exceto nos casos em que o operador da rede de distribuição invoque impedimento técnico, tal como definido no Regulamento Técnico e de Qualidade previsto



Ministério d.....



Decreto n.º

no artigo 19.º do presente decreto-lei, que comprovadamente limite tal ligação, caso em que a ligação é realizada no mesmo nível de tensão da eletricidade adquirida.

Artigo 8.º

Deveres do produtor

Sem prejuízo do cumprimento da demais legislação e regulamentação aplicáveis, no exercício da atividade de produção de eletricidade prevista no presente decreto-lei constituem deveres do produtor, nomeadamente:

- a) Suportar o custo das alterações da ligação da instalação elétrica de utilização à RESP, nos termos do Regulamento de Relações Comerciais e do Regulamento Técnico e de Qualidade da Produção Elétrica para Autoconsumo;
- b) Suportar o custo com o contador que mede o total da eletricidade produzida pela UPAC, quando a instalação elétrica de utilização a que se encontre associada se encontrar ligada à rede e a potência da UPAC seja superior a 700 W ou quando esta se encontre na situação prevista no n.º 8 do artigo 4.º;
- c) Pagar a compensação devida pela UPAC, nos termos previstos no artigo 25.º do presente decreto-lei;
- d) Entregar à RESP a totalidade da energia ativa produzida na UPP, líquida do consumo dos serviços auxiliares;
- e) Dimensionar a UPAC de forma a garantir a aproximação, sempre que possível, da energia elétrica produzida com a quantidade de energia elétrica consumida na instalação elétrica de utilização;



Ministério d.....



Decreto n.º

- f) Prestar à DGEG, ou à entidade mencionada no artigo 11.º, todas as informações e dados técnicos, designadamente os dados relativos à eletricidade produzida na UP, que lhe sejam solicitadas e no tempo que seja fixado para o efeito;
- g) Permitir e facilitar o acesso à UP do pessoal técnico das entidades referidas na alínea anterior, ao CUR e ao operador da rede, no âmbito e para o exercício das respetivas atribuições e competências, nos termos no presente decreto-lei;
- h) Possuir um seguro de responsabilidade civil no decurso e em resultado do exercício da atividade prevista no presente decreto-lei para a reparação de danos corporais ou materiais causados a terceiros pela correspondente UP, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia;
- i) Assegurar que os equipamentos de produção instalados se encontram certificados nos termos previstos no presente decreto-lei, quando a respetiva instalação não seja realizada pelas entidades referidas no artigo 9.º;
- j) Cessada a atividade, adotar os procedimentos necessários para a desativação e remoção da UP.

Artigo 9.º

Entidades instaladoras de UP

1 A instalação da UP é obrigatoriamente executada por entidade instaladora de instalações elétricas de serviço particular ou técnicos responsáveis pela execução de instalações elétricas, nos termos da Lei n.º [...] /2014, de [...], que aprova os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas.



Ministério d.....



Decreto n.º

2 A entidade instaladora deve assegurar que os equipamentos a instalar estão certificados nos termos do artigo 20º do presente decreto-lei.

3 A entidade instaladora da instalação elétrica deve assegurar que a UP se encontra devidamente registada nos termos do presente decreto-lei.

4 Todas as entidades instaladoras que pretendam exercer a atividade de instalação de UP podem inscrever-se no SRUP para conhecimento e divulgação públicos.

Secção II

Competências da Direção Geral de Energia e Geologia

Artigo 10.º

Atribuições e competências

1 - A DGEG é a entidade responsável pela decisão, coordenação e acompanhamento da atividade de produção de eletricidade, nos termos previstos no presente decreto-lei.

2 - Compete à DGEG, nomeadamente:

a) Criar, manter e gerir o SRUP;

b) Autorizar o registo da UP e decidir da emissão do respetivo certificado de exploração e suas alterações;

c) Realizar as inspeções necessárias à emissão do certificado de exploração, diretamente ou através de entidades habilitadas para o efeito;

d) Controlar a emissão dos certificados dos equipamentos fornecidos pelos fabricantes, importadores, fornecedores, seus representantes e entidades instaladoras;



Ministério d.....



Decreto n.º

- e) Analisar os relatórios de inspeção periódica disponibilizados no SRUP, nos termos a definir em despacho do diretor-geral de Energia e Geologia;
- f) Criar e manter uma base de dados de elementos-tipo que integrem os equipamentos para as diversas soluções de UP;
- g) Elaborar e manter uma lista das entidades instaladoras e inspetoras certificadas nos termos da legislação em vigor;
- h) Constituir uma bolsa de equipamentos certificados, a qual deverá ser divulgada através do SRUP;
- i) Aprovar os formulários e instruções necessários ao bom funcionamento do SRUP, de acordo com as funções que lhe estão atribuídas pelo presente decreto-lei;
- j) Fornecer aos interessados, e divulgar no SRUP, informação respeitante às soluções de produção de eletricidade com UP, incidindo particularmente sobre as suas vantagens e inconvenientes.
- k) Manter uma base de dados atualizada sobre todos os registos atribuídos ao abrigo do presente decreto-lei e instalações em exploração.

Artigo 11.º

Delegação de competências

- 1 - Por via do instrumento de delegação de competências ou mediante protocolo a celebrar, o diretor-geral da DGEG pode transferir as competências que se lhe encontram particularmente cometidas nos termos do n.º 2, do artigo anterior, ou em qualquer outra disposição do presente decreto-lei.



Ministério d.....



Decreto n.º

2 - O protocolo mencionado no número anterior é celebrado pelo prazo de 5 anos, findo os quais caduca, revertendo para a DGEG a plataforma eletrónica do SRUP, as aplicações informáticas associadas, bem como toda a informação e dados técnicos armazenados.

3 - O instrumento de delegação de competências ou o protocolo mencionados no número 1 são homologados pelo membro do Governo responsável pela área da energia.

Secção III

Procedimento para o acesso e exercício da atividade

Artigo 12.º

Desmaterialização de procedimentos

1 - O SRUP constitui-se como uma plataforma eletrónica, acessível através de um portal próprio da Internet, através da qual são apresentados e processados os pedidos de registo e certificado de exploração e demais procedimentos previstos no presente decreto-lei.

2 - O SRUP é igualmente acessível através do Portal do Cidadão e do Portal da Empresa.

3 - O SRUP deve disponibilizar obrigatoriamente as seguintes funcionalidades:

- a) Autenticação dos utilizadores através da introdução do nome de utilizador e respetivo código que permita o acesso à informação disponibilizada na área reservada ao produtor e aos profissionais no SRUP;
- b) A submissão eletrónica de pedidos de registo, de autorização, de aprovação, de comunicações, de documentos e peças desenhadas;



Ministério d.....



Decreto n.º

- c) Formulário para o preenchimento eletrónico do pedido de inspeção ou reinspeção para emissão do certificado de exploração;
 - d) Instruções para o pagamento das taxas previstas no artigo 37.º do presente decreto-lei;
 - e) A recolha de informação que permita o contato entre os serviços competentes e os promotores ou produtores e seus representantes constituídos;
 - f) A rejeição de operações de cuja execução resultariam vícios ou deficiências de instrução, designadamente recusando o recebimento dos pedidos;
 - g) A consulta *on-line* e a gestão pelos interessados do estado dos respetivos processos durante o período de vida útil dos equipamentos, nomeadamente licenciamento, e validade dos certificados;
 - h) O envio e a receção eletrónica das decisões ou dos certificados emitidos;
 - i) Informação para conhecimento e divulgação pública sobre os registos e certificados de exploração atribuídos, tipo de tecnologia da UP, potência, localização geográfica mediante indicação do concelho e freguesia;
 - j) Identificação dos produtores e das entidades instaladoras.
- 4 - O ORD e o CUR devem registar-se no SRUP e aderir ao sistema de comunicações eletrónico.
- 5 - Todas as notificações e comunicações ao requerente ao longo do procedimento serão efetuadas através do SRUP.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 13.º

Procedimento para obtenção de registo

- 1 - O procedimento para registo das unidades de produção com potência instalada superior a 700 W, bem como das unidades referidas nos n.ºs 8 e 9 do artigo 4.º, inicia-se com a formulação do pedido no SRUP e conclui-se com a sua aceitação.
- 2 - O registo da UP torna-se definitivo com a emissão do certificado de exploração definitivo, nos termos do artigo 14.º.
- 3 - O procedimento para obtenção do registo, e quando aplicável, das licenças de produção e exploração, incluindo os elementos instrutórios do pedido, a sua marcha, extinção e alteração são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia.

Artigo 14.º

Procedimento para obtenção de certificado de exploração

- 1 - O certificado de exploração definitivo é emitido ao titular do registo após a instalação da UP e conclusão do procedimento de inspeção ou reinspeção previstos nos termos dos artigos 13.º e 14.º do presente decreto-lei, respetivamente.
- 2 - Quando a inspeção ou a reinspeção previstas nos termos dos artigos 13.º e 14.º do presente decreto-lei, respetivamente, não ocorram nos prazos estabelecidos no mesmo por motivos imputáveis ao SRUP, o SRUP emite de forma automática o certificado de exploração provisório, nos 5 dias subsequentes ao termo do referido prazo.



Ministério d.....



Decreto n.º

3 - O certificado provisório é automaticamente convertido em definitivo se a inspeção, por motivos imputáveis ao SRUP, não ocorrer nos 10 dias subsequentes ao termo do prazo de 5 dias previsto no número anterior.

Artigo 15.º

Procedimento de inspeção

1 - O titular do registo aceite solicita, sob pena de caducidade do mesmo, a realização da inspeção da UP no prazo máximo de:

- a) Para instalações de categoria BB, 18 meses contados desde a data de aceitação do registo;
- b) Para as demais instalações, 24 meses contados desde a data de aceitação do registo.

2 - Os prazos indicados no número anterior são alargados para 24 e 30 meses, respetivamente, caso o produtor esteja submetido ao regime da contratação pública, ou outros procedimentos especiais de que dependa a construção e exploração da UP.

3 - Os prazos indicados no número anterior podem ser prorrogados até metade do prazo inicial, mediante requerimento fundamentado do promotor.

4 - A inspeção realiza-se no prazo máximo de 10 dias após a apresentação do respetivo pedido, devendo o dia e a hora da sua realização ser comunicados ao produtor e técnico responsável através do SRUP.

5 - A inspeção visa a verificação da conformidade da instalação com o Regulamento Técnico e de Qualidade previsto no artigo 19.º do presente decreto-lei, bem como na confirmação que se encontram preenchidas as condições constantes dos artigo 1.º do presente decreto-lei e da secção I do presente capítulo.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 6 - No decorrer da inspeção deve estar presente o técnico responsável por instalações elétricas de serviço particular ao serviço da entidade instaladora, ao qual compete esclarecer todas as dúvidas que possam ser suscitadas no ato da inspeção.
- 7 - A inspeção segue os procedimentos estabelecidos no Regulamento de Inspeção e Certificação previsto no artigo 19º do presente decreto-lei e dá-se como concluída com a emissão do relatório de inspeção que deve concluir sobre a conformidade da UP, nos termos dos números seguintes.
- 8 - Se o relatório de inspeção concluir pela inexistência de defeitos ou não conformidades, é emitido o certificado de exploração definitivo e autorizada a ligação da UP à instalação elétrica de utilização.
- 9 - Se o relatório concluir pela existência de deficiências leves, o produtor dispõe de prazo de 15 ou 30 dias, consoante se trate de uma UP de categoria BB ou dos demais casos, respetivamente, contados desde a data de realização da inspeção, para proceder às correções necessárias à eliminação das deficiências assinaladas.
- 10 - Se o relatório da inspeção concluir pela existência de deficiências graves, a UP é reprovada, devendo o produtor solicitar reinspeção, nos termos dispostos no artigo 14.º do presente decreto-lei.
- 11 - Para efeitos dos n.ºs 9 e 10, entende-se por deficiências leves os defeitos ou não conformidades de baixo risco para a segurança de pessoas e bens; e por deficiências graves os defeitos ou não conformidades que apresentam um risco elevado para a segurança de pessoas e bens, ambas definidas e especificadas no Regulamento de Inspeção e Certificação previsto no artigo 17.º do presente decreto-lei.
- 12 - A ligação da UP à instalação de utilização não é autorizada enquanto se mantiverem deficiências assinaladas no ato de inspeção que não permitam a emissão de certificado de exploração definitivo.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 16.º

Procedimento de reinspecção

- 1 - Sempre que na inspeção sejam detetados defeitos ou não conformidades considerados deficiências graves, o produtor deve proceder à sua correção dentro do prazo previsto no número seguinte, findo o que deverá solicitar reinspecção.
- 2 - O produtor dispõe do prazo de 30 ou 60 dias, consoante se trate de uma UP de categoria BB ou dos demais casos, respetivamente, contados desde a data de realização da inspeção, para proceder às correções necessárias e exigidas nos termos do número anterior.
- 3 - É aplicável à reinspecção, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 12 do artigo anterior.
- 4 - A não realização de reinspecção por motivo imputável ao produtor implica o cancelamento do registo.

Artigo 17.º

Alteração do registo da UP

- 1 - A alteração do registo da UP, quando substancial, carece de novo registo, aplicável à totalidade da instalação.
- 2 - Considera-se substancial a alteração do registo da UP que não se enquadre no disposto no artigo seguinte.
- 3 - No caso previsto no n.º 1, o registo anterior caduca com a entrada em exploração da UP sujeita a novo registo.



Ministério d.....



Decreto n.º

4 - A alteração não substancial do registo da UP está sujeita a averbamento, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 18.º

Procedimento de averbamento de alterações no registo

1 - Estão sujeitas a averbamento, mediante pedido, as seguintes alterações do registo:

- a) A alteração da titularidade do contrato de fornecimento de eletricidade à instalação de utilização associada à UPAC e do contrato de aquisição da eletricidade proveniente desta, desde que o produtor e o consumidor sejam a mesma pessoa;
- b) A mudança da titularidade do registo em nome de entidade terceira para o titular do contrato de fornecimento de eletricidade à instalação de utilização associada à UPP;
- c) A mudança de local da UP, desde que se mantenha o mesmo produtor e os demais elementos caracterizadores da mesma e aquele seja titular do contrato de fornecimento de eletricidade à instalação de utilização do novo local;
- d) A mudança da tecnologia de produção utilizada na UP, desde que se mantenha o mesmo produtor e demais elementos caracterizadores da mesma, e o produtor seja o titular do contrato de fornecimento de eletricidade à instalação de utilização associada;
- e) A alteração de potência instalada, desde que respeitadas as condições estabelecidas no artigo 5.º do presente decreto-lei e o produtor seja o titular do contrato de fornecimento de eletricidade à instalação de utilização associada;

2 - Nos casos previstos na alínea *a)* do número anterior, o novo titular do contrato de fornecimento de eletricidade deve solicitar o averbamento da alteração, juntando prova dos factos determinantes da alteração e demais elementos relevantes para o registo.



Ministério d.....



Decreto n.º

3 - Nos casos previstos na alínea *d*) do n.º 1, o produtor identifica o novo local da UP e os elementos essenciais relativos à instalação de utilização e ao contrato de fornecimento alterados relevantes para o registo.

4 - Nos casos previstos na alínea *e*) do n.º 1, o produtor identifica a alteração de tecnologia verificada, desde que se mantenham os demais elementos caracterizadores da UP.

5 - Nos casos previstos na alínea *f*) do n.º 1, o produtor identifica a alteração de potência verificada, desde que se mantenham os demais elementos caracterizadores da UP e contrato de fornecimento da instalação de utilização.

6 - O averbamento das alterações previstas nos n.ºs 3 e 4 dependem de nova inspeção da UP e consequente emissão de novo certificado de exploração.

7 - O averbamento das alterações previstas nas alíneas *d*), *f*) e *g*) do n.º 1 pode ser recusado, nomeadamente por razões de desconformidade com as normas constantes do Regulamento Técnico e de Qualidade previsto no artigo 19.º do presente decreto-lei.

Artigo 19.º

Regulamentos específicos

1 - O Diretor-Geral de Energia e Geologia aprova, mediante despacho publicado no SRUP, o Regulamento Técnico e de Qualidade e o Regulamento de Inspeção e Certificação, ambos aplicáveis a UP, cujos cumprimentos se exigem nas atividades de inspeção e reinspeção previstas nos artigos 13.º e 14.º.

2 - O Regulamento Técnico e de Qualidade deve incluir todas as regras de carácter técnico genericamente aplicáveis a instalações elétricas, bem como regras técnicas específicas



Ministério d.....



Decreto n.º

relativas às UP, incluindo os esquemas de ligação permitidos e proteções associadas, e as regras de aprovação e certificação de equipamentos que compõem a UP.

3 - O Regulamento de Inspeção e Certificação deve incluir todos os procedimentos associados às ações de inspeção, reinspecção e certificação, bem como as condições associadas de aprovação da UPAC, incluindo a definição e especificação de deficiências leves e graves.

4 - Não é aplicável às UP o disposto no Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, alterado pelos Decretos-Leis n.º 40 722, de 2 de agosto de 1956, n.º 43 335, de 19 de novembro de 1960, n.º 229/76, de 1 de abril, 46/76, de 5 de junho, n.º 517/80, de 31 de outubro, n.º 131/87, de 17 de março, n.º 272/92, de 3 de dezembro, n.º 4/93, de 8 de janeiro, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 101/2007, de 2 de abril.

Artigo 20.º

Controlo de certificação de equipamentos

- 1 - Os fabricantes, importadores e fornecedores, seus representantes e entidades instaladoras devem comprovar junto do SRUP que os equipamentos da UP transacionados estão certificados e a natureza da certificação, devendo esta informação ser a disponibilizada no SRUP para conhecimento público.
- 2 - A certificação dos equipamentos a que se refere o número anterior deve estar feita por um organismo de certificação, de acordo com o sistema n.º 5 da ISO/IEC.
- 3 - Os equipamentos certificados nos termos do número anterior devem satisfazer os requisitos definidos nas normas europeias aplicáveis a cada tipo de equipamento, publicadas pelo CEN/CENELEC.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 4 - Caso não tenham sido estabelecidas e publicadas normas europeias, cada tipo de equipamento deve satisfazer os requisitos das normas internacionais publicadas pela ISO/IEC.
- 5 - Quando não existam as normas referidas nos n.ºs 3 e 4, os equipamentos devem conformar-se com as seguintes normas e especificações técnicas:
- a) As normas ou especificações portuguesas relativas ao equipamento em causa, que estejam indicadas pelo Instituto Português da Qualidade, I.P. (IPQ, I.P.);
 - b) As normas ou especificações em vigor no Estado de origem, desde que o IPQ, I. P., reconheça que garantem condições equivalentes às estabelecidas nos n.ºs 3 e 4.

CAPÍTULO III

Vicissitudes da atividade de produção para autoconsumo

Artigo 21.º

Mera comunicação prévia

- 1 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 4.º, os titulares das UPAC com potência instalada superior a 200 W e igual ou inferior a 700 W e das unidades de produção sem ligação à RESP, apresentam uma mera comunicação prévia de exploração, dirigida à DGEG, através do SRUP.
- 2 – O comprovativo de apresentação da declaração referida no número anterior é título bastante para o início da exploração da unidade de produção.
- 3 - O procedimento de comunicação prévia para exploração da UPAC, incluindo os respetivos elementos instrutórios, a sua marcha, extinção e alteração, são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 22.º

Contagem e disponibilização de dados

- 1 - É obrigatória a contagem da eletricidade total produzida pela UPAC com potência instalada superior a 700 W e cuja instalação de utilização associada se encontre ligada à RESP, bem como nas situações previstas nos n.ºs 8 e 9 do artigo 4.º do presente decreto-lei.
- 2 - A contagem da energia elétrica total produzida por uma UPAC com potência superior a 1,5kW é feita por telecontagem, devendo o equipamento de contagem previsto na alínea *b*) do artigo 9.º do presente decreto-lei encontrar-se capacitado para o efeito.
- 3 - A contagem da energia fornecida pela UPAC à RESP e da energia adquirida ao comercializador pode ser realizada pelo mesmo equipamento desde que adequado para medir a contagem nos dois sentidos.
- 4 - O sistema de contagem de eletricidade e os equipamentos que asseguram a proteção da interligação devem ser colocados em local de acesso livre ao comercializador de último recurso e ao operador da rede de distribuição, bem como às entidades competentes para efeitos do presente decreto-lei, salvo situações especiais autorizadas pela DGEG.
- 5 - O CUR e o ORD devem disponibilizar à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos as informações necessárias à correta faturação dos diferentes intervenientes nos termos do Regulamento das Relações Comerciais.
- 6 - As matérias da medição, leitura e disponibilização de dados, assim como as demais matérias reguladas neste artigo, podem ser objeto de regulamentação por portaria do



Ministério d.....



Decreto n.º

membro do Governo responsável pela área da energia, na medida em que tal seja necessário à correta aplicação do presente decreto-lei.

Artigo 23.º

Contrato de venda da eletricidade ao CUR

- 1 - Sempre que a energia proveniente de uma UPAC tenha origem em fonte de energia renovável, a capacidade instalada nesta unidade não seja superior a 1 MW e a instalação de utilização se encontre ligada à RESP, o produtor pode celebrar, com o CUR, contrato de venda da eletricidade produzida e não consumida, desde que a venda não exceda a totalidade da eletricidade fornecida por um comercializador à instalação de utilização associada à UPAC.
- 2 - O CUR, quando o produtor o solicite, contrata com este a compra da eletricidade proveniente da UPAC, até ao limite da fornecida por um comercializador à instalação de utilização associada à UPAC, entendendo-se como sobrança a energia injetada pelo produtor acima deste limite.
- 3 - A energia sobrança não é paga.
- 4 - O contrato de compra e venda referido nos números anteriores deve prever os seguintes termos e condições:
 - a) O prazo máximo de 10 anos, renováveis por períodos de 5 anos, salvo oposição à renovação por qualquer das partes com 60 dias de antecedência, a exercer por escrito e nos termos dos números seguintes;
 - b) A remuneração da energia adquirida pelo CUR, a qual é determinada de acordo com o disposto no artigo seguinte;
 - c) O pagamento pelo produtor da compensação determinada nos termos do disposto no artigo 25º;



Ministério d.....



Decreto n.º

- d) A periodicidade da faturação pelo CUR e o balanço anual da eletricidade vendida pelo produtor e adquirida ao comercializador, bem como o apuramento de eventuais saldos a crédito ou, quando tenha ocorrido o pagamento de energia sobrança, a débito do produtor, nos termos do artigo 23.º.
- 5 - A caducidade, do contrato de compra e venda por decurso do prazo de vigência, inicial ou da prorrogação, nos termos da alínea a) do número anterior, é determinada pela DGEG, sob pena de ineficácia.
- 6 - A denúncia referida no número anterior processa-se através de aviso homologado pelo membro do Governo responsável pela área da energia, a publicar no sítio da *Internet* da DGEG e no SRUP.
- 7 - O membro do Governo responsável pela área da energia pode alterar mediante despacho a publicar no Diário da República, o limite de 1 MW previsto no n.º 1, bem como no n.º 3 do artigo 3º.

Artigo 24.º

Remuneração da energia proveniente da UPAC

- 1 - O valor da energia elétrica fornecida à RESP pelo produtor abrangido pelo disposto no artigo anterior é calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$R_{UPAC,m} = E_{fornecida, m} \times OMIE_m \times 0,9$$

Sendo:

- a) « $R_{UPAC, m}$ » - a remuneração da eletricidade fornecida à RESP no mês 'm' em Euros;
- b) « $E_{fornecida, m}$ » - a energia fornecida no mês m, em kWh;



Ministério d.....



Decreto n.º

- c) «OMIE_m» - o valor resultante da média aritmética simples dos preços de fecho do Operador do Mercado Ibérico de Energia (OMIE) para Portugal (mercado diário), relativos ao mês *m*, em €/kWh;

Artigo 25.º

Compensação devida pelas Unidades de Produção para Autoconsumo

1 - As UPAC com potência instalada superior a 1,5 kW e cuja instalação elétrica de utilização se encontre ligada à RESP, estão sujeitas ao pagamento de uma compensação mensal fixa, nos primeiros 10 anos após obtenção do certificado de exploração, calculada com base na seguinte expressão:

$$C_{UPAC,m} = P_{UPAC} \times V_{CIEG,t} \times K_t$$

Sendo:

- a) « $C_{UPAC,m}$ » - Compensação paga no mês *m* por cada KW de potência instalada, que permita recuperar uma parcela dos custos decorrentes de medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral (CIEG) na tarifa de uso global do sistema, relativa ao regime de Autoconsumo;
- b) « P_{UPAC} » - Valor da potência instalada da UPAC, constante no respetivo certificado de exploração;
- c) « $V_{CIEG,t}$ » = Valor que permite recuperar os CIEG da respectiva UPAC, medido em € por KW, apurado no ano «*t*» nos termos do número 2 do presente artigo;



Ministério d.....



Decreto n.º

- d) K_p – O coeficiente de ponderação, entre 0% e 50%, a aplicar ao « $V_{Cieg,t}$ » tendo em consideração a representatividade da potência total registada das UPAC no Sistema Elétrico Nacional, no ano «t»;
- e) «t» - corresponde ao ano de emissão do certificado de exploração da respectiva UPAC;

2 - O « $V_{Cieg,t}$ » referido na alínea c) do número anterior é calculado com base na seguinte expressão:

$$V_{Cieg,t} = \sum_{n=0}^2 (Cieg^p_{i(t-n)}) \times \frac{1}{3} + \sum_{n=0}^2 (Cieg^e_{i,h(t-n)}) \times \frac{1}{3} \times \frac{1.500}{12}$$

Em que:

- a) « $Cieg^p_i$ » - corresponde ao somatório do valor das parcelas «i» do CIEG, mencionadas no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro, designadamente na alínea c), medido em Euros por KW, para o nível de tensão da respectiva UPAC, constante nos documentos de suporte da proposta de fixação de tarifas, publicados pela ERSE para o ano «t-n»;
- b) « $Cieg^e_{i,h}$ » - corresponde ao somatório, da média aritmética simples do valor para os diferentes períodos horários «h» de cada uma das parcelas «i» dos CIEG, mencionadas no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro,



Ministério d.....



Decreto n.º

designadamente nas alíneas a), b), d), e), f), g), h), i), j), medido em Euros por kWh, para o nível de tensão da respectiva UPAC, constante nos documentos de suporte da proposta de fixação de tarifas, publicados pela ERSE para o ano «t-n»;

- c) «i» - referente a cada uma das alíneas do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro;
- d) «h» - o período horário de entrega de energia elétrica aos clientes finais, tal como definido na Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro;
- e) «t» - corresponde ao ano de emissão do certificado de exploração da respectiva UPAC;

3 - O coeficiente de ponderação « K_t », referido na alínea *d*) do n.º 1 assume os seguintes valores:

- f) « K_t » = 50%, caso o total acumulado de potência registada das UPAC, no âmbito do regime de autoconsumo, exceda 3% do total da potência instalada de centro electroprodutores do SEN;
- g) « K_t » = 30%, caso o total acumulado de potência registada de UPAC, no âmbito do regime de autoconsumo, se situe entre os 1% e 3% do total da potência instalada de centro electroprodutores do SEN;
- h) « K_t » = 0%, caso o total acumulado de potência instalada de UPAC, no âmbito do regime de autoconsumo, seja inferior a 1% do total da potência instalada de centro electroprodutores do SEN;

4 - Para efeitos de apuramento do valor que permite recuperar os CIEG da respetiva UPAC para o ano de 2014, « $V_{Cieg,2014}$ », a expressão apresentada no número 2, deve ser ajustada de forma a assegurar que as componentes « $Cieg_i^p$ » e « $Cieg_{i,h}^e$ » sejam apenas



Ministério d.....



Decreto n.º

apuradas com base na informação constante nos documentos de suporte da proposta de fixação de tarifas, publicados pela ERSE para o ano de 2013 e 2014.

5 - Nos termos do número anterior, o « $V_{Cieg,2014}$ » é calculado com base na seguinte expressão:

$$V_{Cieg, 2014} = \sum_{n=0}^1 (Cieg^p_{i(t-n)}) \times \frac{1}{2} + \sum_{n=0}^1 (Cieg^e_{i,h(t-n)}) \times \frac{1}{2} \times \frac{1.500}{12}$$

Artigo 26.º

Faturação do CUR

1 - A faturação da eletricidade fornecida pela UPAC ao abrigo do contrato mencionado no artigo 20.º é processada pelo CUR nos termos do n.º 11 do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), sem necessidade de acordo escrito do produtor.

2 - No caso de produtores que não se encontrem enquadrados, para efeitos do IVA, no regime normal de tributação e relativamente às transmissões de bens que venham a derivar exclusivamente da produção de energia elétrica com origem na UPAC, é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime especial de entrega de imposto previsto no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril, devendo o CUR, em sua substituição, dar cumprimento às obrigações de liquidação e entrega do imposto.

3 - A faturação da compensação prevista no número anterior é apurada pelo ORD e incluída na faturação do CUR, ou na ausência do contrato mencionado no artigo 20.º, na fatura do comercializador associado à instalação elétrica de utilização.



Ministério d.....



Decreto n.º

4 – A faturação da eletricidade é feita mensalmente, ou em outro período estipulado no contrato mencionado no artigo 23.º desde que coincidente com a faturação da energia fornecida por um comercializador à instalação de utilização, sendo o pagamento ao produtor realizado mediante transferência bancária.

5 - Nos termos do contrato mencionado no artigo 24º, poderá verificar-se apenas um único período de faturação anual, designadamente quando o valor subjacente à fatura não exceda o montante de Vintes Euros.

6 – Anualmente, até 31 de janeiro do ano seguinte ao da compra e venda da eletricidade excedente, o CUR elabora o balanço da eletricidade fornecida à instalação de utilização por um comercializador e a eletricidade adquirida ao produtor ao abrigo do contrato mencionado no artigo 23.º e apura a existência de eventuais saldos a crédito ou, quando tenha ocorrido o pagamento de energia sobrança, a débito do produtor.

7 – O saldo credor apurado é pago ao produtor e o devedor reembolsado ao CUR, devendo os respetivos montantes serem creditados ou debitados no período de faturação seguinte a janeiro.

8 - Nos casos em que o produtor celebre contrato de financiamento para a aquisição da UPAC e desde que seja obtida a concordância escrita da entidade financiadora contratante, o produtor pode optar pela realização da amortização do financiamento diretamente pelo CUR, por conta de parte ou da totalidade da receita apurada com a venda da eletricidade com origem na UPAC.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 27.º

Reconhecimento de investimentos e custos

- 1 - O reconhecimento dos custos de aquisição de energia pelo CUR relacionados com a aquisição de eletricidade nos termos desta secção, é realizado de acordo com o estabelecido no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, na redação conferida pelo 215-B/2012, de 8 de outubro.
- 2 - O reconhecimento para efeitos tarifários dos investimentos e custos incorridos pelo CUR referido no número anterior com a implementação ou alteração dos sistemas informáticos de faturação e outros, necessários para a execução do presente decreto-lei, é realizado nos termos previstos no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro.
- 3 - O relacionamento comercial entre os comercializadores de último recurso referidos na alínea c) do artigo 2.º, no âmbito da aplicação do presente decreto-lei, deve observar o Regulamento de Relações Comerciais.
- 4 - O Regulamento de Relações Comerciais deve ser revisto no prazo máximo de 90 dias a contar da data da publicação do presente decreto-lei, de forma a contemplar as exigências previstas no presente artigo.

Artigo 28.º

Outros relacionamentos comerciais

O produtor que não pretenda celebrar contrato de venda da eletricidade com o CUR, nos termos do artigo 23.º, preferindo estabelecer outro tipo de relacionamento comercial, designadamente, a venda em mercados organizados ou mediante contrato bilateral da eletricidade não consumida na instalação de utilização associada à UPAC deve enquadrar-se



Ministério d.....



Decreto n.º

em outro regime jurídico da produção de eletricidade que contemple o relacionamento comercial pretendido.

CAPÍTULO IV

Vicissitudes da atividade de pequena produção

Artigo 29.º

Quotas de potência

1 - A potência de ligação que, em cada ano civil, pode ser objeto de atribuição para pequena produção, não pode ser superior à quota anual de 20 MW, a alocar de acordo com a programação estabelecida nos termos do n.º 3 do presente artigo.

2 - O SRUP encerra automaticamente o procedimento de registo logo que a soma das potências resultantes das inscrições realizadas num dado ano atinja o valor correspondente ao somatório da quota anual que estiver estabelecida nos termos do número anterior para esse ano, acrescida de metade da quota anual prevista para o ano seguinte.

3 - Mediante despacho a publicar no SRUP até 31 de dezembro de cada ano, o diretor-geral da Energia e Geologia estabelece:

- a) A quota de potência de ligação a alocar no ano seguinte para registos prévios de UPP;
- b) A programação de alocação da quota anual referida na alínea anterior, para o ano a que respeita e através do SRUP;
- c) Eventuais saldos de potência não atribuídas em anos anteriores.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 30.º

Acesso ao regime remuneratório

1 — O acesso ao regime remuneratório previsto no artigo 31.º depende de registo prévio, nos termos do artigo [...], no qual o produtor opta por uma das seguintes três categorias:

- a) Categoria I — Na qual se insere o produtor que pretende proceder apenas à instalação de uma UPP, nos termos do presente decreto-lei;
- b) Categoria II — Na qual se insere o produtor que, para além da instalação de uma UPP, nos termos do presente decreto-lei, pretende instalar no local de consumo associado àquela, tomada elétrica para o carregamento de veículos elétricos, nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, alterado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 170/2012, de 1 de agosto, e pelo Decreto-lei n.º [...]/2014, de [...], ou seja proprietário ou locatário de um veículo elétrico;
- c) Categoria III — Na qual se insere o produtor que, para além da instalação de uma UPP nos termos do presente decreto-lei, pretende instalar no local de consumo associado àquela, coletores solares térmicos com um mínimo de 2 m² de área útil de coletor ou de caldeira a biomassa com produção anual de energia térmica equivalente.

2 — O acesso ao regime remuneratório estabelecido no artigo seguinte depende de prévia comprovação, à data do pedido de inspeção, da instalação dos equipamentos referidos na respectiva categoria.

Artigo 31.º

Regime remuneratório



Ministério d.....



Decreto n.º

- 1- A energia elétrica ativa produzida pela UPP e entregue à RESP é remunerada pela tarifa atribuída com base num modelo de licitação, no qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência.
- 2- A tarifa a atribuir nos termos do número anterior correspondente ao valor mais alto que resulte das maiores ofertas de desconto à tarifa de referência, apurado para cada uma das categorias referida no nº 1 do artigo 30.º, nos termos do limite da quota de potência estabelecida no artigo 29.º.
- 3- A tarifa de referência referida no número anterior é estabelecida mediante portaria do membro do Governo responsável pela área da energia, até 31 de dezembro de cada ano.
- 4- O membro do Governo responsável pela área da energia pode, mediante portaria, proceder à atualização do valor da tarifa de referência, limites e quota definidos nos n.ºs 1 e 3, do artigo 29.º, tendo em vista assegurar a boa adequação da atividade de pequena produção aos objectivos da política energética, de outras políticas sectoriais, à evolução dos mercados ou ao equilíbrio regional.
- 5- A tarifa de remuneração atribuída nos termos dos números anteriores vigora por um período de 15 anos desde a data de início de fornecimento de energia elétrica à RESP, caducando no termo deste período.
- 6- A tarifa de remuneração atribuída nos termos dos números anteriores não é acumulável com outro tipo de incentivo à produção da eletricidade produzida em regime especial, designadamente o resultante da transação garantia de origem da eletricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis, durante o período em que se encontra em vigor.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 7- Os produtores cuja tarifa lhes seja atribuída nos termos dos números anteriores, não podem optar por aderir a outro regime durante o prazo de vigência da respetiva tarifa, mencionado no n.º 5 do presente artigo.
- 8- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a aplicação do presente regime remuneratório extingue-se quando o produtor comunique ao SRUP a renúncia à sua aplicação.
- 9- A tarifa de remuneração varia consoante o tipo de energia primária utilizada, sendo determinada mediante a aplicação das seguintes percentagens à tarifa de referência:
 - a) Solar — 100 %;
 - b) Eólica — 80 %;
 - c) Hídrica — 50 %;
 - d) Biogás — 60 %;
 - e) Biomassa — 60 %;
 - f) Pilhas de combustível com base em hidrogénio proveniente de UPP renovável — percentagem prevista nas alíneas anteriores aplicável ao tipo de energia renovável utilizado para a produção do hidrogénio.
- 10- No âmbito do presente decreto-lei apenas é remunerada a energia ativa entregue à RESP, dentro dos limites definidos na alínea c) do nº1 do artigo 5º.

Artigo 32.º

Transição para outros regimes remuneratórios



Ministério d.....



Decreto n.º

Findos os prazos de vigência da tarifa atribuída nos termos do artigo 31.º, a energia elétrica proveniente da UPP que dela beneficie, passa a ser remunerada no âmbito do regime geral da produção em regime especial, previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 33.º-G do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 237-B/2006, de 18 de dezembro, 199/2007, de 18 de maio, 264/2007, de 24 de julho, 23/2009, de 20 de janeiro, 104/2010, de 29 de setembro e 215-B/2012, de 8 de outubro.

Artigo 33.º

Contagem e disponibilização de dados

- 1- O sistema de contagem de eletricidade e os equipamentos que asseguram a proteção da interligação devem ser colocados em local de acesso livre ao comercializador e ao operador da rede de distribuição, bem como às entidades competentes para efeitos do presente decreto-lei, salvo situações especiais autorizadas pela DGEG.
- 2- A contagem da eletricidade produzida é feita por telecontagem, mediante contador bidirecional, ou contador que assegure a contagem líquida dos dois sentidos, autónomo do contador da instalação de consumo.
- 3- Para os consumidores de energia eléctrica alimentados em média tensão, com contagem de energia em baixa tensão, a ligação da UPP pode ser feita em baixa tensão, a montante do contador de consumo.
- 4- Nas condições do número anterior deve ser construído um quadro de baixa tensão para ligação da UPP, que permita separar a instalação de produção da instalação de consumo.
- 5- O contador de produção deve localizar-se junto ao contador de consumo.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 6- O fornecimento de energia reativa pelo produtor de eletricidade a partir de UPP obedece às regras previstas no Regulamento da Rede de Distribuição.
- 7- O CUR e o ORD devem disponibilizar à ERSE as informações necessárias para aferir sobre a correta intervenção dos diferentes intervenientes.
- 8- As matérias da medição, leitura e disponibilização de dados, assim como as demais matérias reguladas neste artigo, podem ser objeto de regulamentação por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia, na medida em que tal seja necessário à correta aplicação do presente decreto-lei.

Artigo 34.º

Contrato de compra e venda de eletricidade e ligação à rede

- 1- Emitido o certificado de exploração, ainda que provisório nos termos do n.º [...] do artigo [...], o produtor e o CUR identificado no registo da UPP são de imediato notificados, através do SRUP, com vista à conclusão do contrato de compra e venda da eletricidade proveniente da UPP.
- 2- Para efeitos do número anterior, o produtor adere ao contrato de compra e venda de eletricidade, no prazo máximo de cinco dias contados do aviso do SRUP.
- 3- O CUR dá conhecimento ao SRUP da conclusão do contrato de compra e venda de eletricidade com o produtor, no prazo de 10 dias após a adesão deste ao referido contrato.
- 4- Após a comunicação de celebração do contrato de compra e venda de eletricidade, o SRUP avisa o operador da rede de distribuição para proceder à ligação da UPP à RESP.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 5- O operador da RESP deve proceder à ligação da UPP no prazo máximo de 10 dias após o aviso do SRUP.
- 6- A data de ligação à RESP é registada no SRUP pelo operador da rede de distribuição.
- 7- O contrato de compra e venda de eletricidade previsto no n.º 1 deve observar o modelo aprovado pela DGEG, mediante proposta dos comercializadores.

Artigo 35.º

Faturação, contabilidade e relacionamento comercial

- 1- O CUR deve celebrar contrato de compra e venda da eletricidade proveniente da UPP e assegurar o seu pagamento, nos termos do presente decreto-lei.
- 2- O pagamento referido no número anterior é feito diretamente ao produtor, mediante transferência bancária, com periodicidade mensal ou outra superior, desde que estipulada no contrato de compra e venda de eletricidade, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3- A faturação relativa à energia eléctrica proveniente da UPP é processada pelo comercializador nos termos do n.º 11 do artigo 36.º do CIVA, sem necessidade de acordo escrito do produtor.
- 4- No caso de produtores que não se encontrem enquadrados, para efeitos do IVA, no regime normal de tributação e relativamente às transmissões de bens que venham a derivar exclusivamente da UPP de energia eléctrica, é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime especial de entrega de imposto previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de Abril, devendo o CUR, em sua substituição, dar cumprimento às obrigações de liquidação e entrega do imposto.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 36.º

Reconhecimento de investimentos e custos

- 1- O reconhecimento dos custos de aquisição de energia pelo comercializador de último recurso nos termos do presente decreto-lei é realizado de acordo com o estabelecido no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro.
- 2- Aplica-se às UPP as disposições constantes dos n.ºs 3 e 4 do artigo 27.º do presente decreto-lei.

CAPÍTULO V

Taxas

Artigo 37º

Taxas

- 1- É devida taxa pela apreciação dos seguintes pedidos:
 - a) O pedido de registo da UP;
 - b) O pedido de reinspecção da UP;
 - c) O pedido de averbamento de alterações ao registo da UP, com e sem emissão de novo certificado de exploração.
 - d) A realização de inspeções periódicas da UP;



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2- O montante e modo de pagamento das taxas, bem como a fase do procedimento em que a mesma é devida são definidos em portaria do membro do Governo responsável pela área da energia.
- 3- As taxas previstas no número anterior são liquidadas e cobradas pela DGEG, constituindo receita desta.
- 4- A taxa é paga no prazo de 5 dias após notificação para pagamento, sempre que não esteja prevista a autoliquidação.
- 5- O valor das taxas pode ser atualizado anualmente, com base na evolução do índice de preços ao consumidor, no continente, sem habitação, verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I.P.), mediante aviso do diretor-geral da DGEG publicitado no sítio da Internet da DGEG.
- 6- A cobrança coerciva da dívida proveniente da falta de pagamento da taxa segue as regras do processo de execução fiscal, servindo de título executivo a certidão passada pela DGEG.

CAPÍTULO VI

Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 38.º

Fiscalização

- 1- As UP são sujeitas a fiscalização para verificar a sua conformidade com o disposto no presente decreto-lei e no Regulamento Técnico e de Qualidade.
- 2- A competência para fiscalização do cumprimento das obrigações previstas no presente decreto-lei pertence à DGEG, ou à entidade em que esta delegue as competências nos



Ministério d.....



Decreto n.º

termos do disposto no artigo 11º, que podem solicitar o apoio de técnicos especializados sempre que o considerem necessário.

Artigo 39.º

Inspeção periódica

- 1- As UP, cuja potência instalada seja superior a 1,5kW, encontram-se concomitantemente sujeitas a inspeções periódicas, as quais serão realizadas com a seguinte periodicidade:
 - a) 10 anos, quando a potência da UP seja inferior a 1MW;
 - b) 6 anos, nos restantes casos
- 2- Para efeitos do número anterior a DGEG elabora e divulga no SRUP, anualmente e até 31 de Dezembro de cada ano, a lista das instalações que serão objeto de inspeção periódica no ano seguinte, e publicitar, até 31 de março de cada ano, as conclusões do relatório das ações de fiscalização realizadas no ano imediatamente anterior.
- 3- O produtor perderá o registo da respetiva UP sempre que:
 - a) Por circunstâncias que lhe sejam imputáveis, não seja objeto de inspeção periódica nos termos do número anterior, nos prazos aí estabelecidos;
 - b) No decurso das inspeções periódicas sejam identificadas não conformidades e as mesmas não sejam corrigidas e efetuado o correspondente registo de reinspeção, no prazo máximo de 30 dias.
- 4- As regras e orientações metodológicas associadas às inspeções periódicas serão definidas por despacho do diretor-geral de Energia e Geologia e objeto de publicação no SRUP.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 5- Para efeitos dos números anteriores, o produtor deve permitir e facilitar o acesso às respetivas instalações de produção às entidades referidas no n.º 2, bem como fornecer-lhes as informações e dados técnicos respeitantes à UP.

Artigo 40.º

Regime sancionatório

1 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal nos termos da lei geral, constituem contraordenação punível com coima de € 250,00 a € 3.740,00, ou de € 500,00 a € 44.800,00, consoante o produtor seja pessoa singular ou coletiva:

- a) A infração ao disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 3.º;
- b) A infração ao disposto nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 4.º;
- c) A infração ao disposto na alínea *c)* do n.º 1, do artigo 6.º;
- d) A infração ao disposto nas alíneas *c)* a *e)* do artigo 7.º;

2 - Constituem ainda contraordenação punível com coima de € 100,00 a € 3.000,00, ou de € 250,00 a € 34.800,00, consoante o produtor seja pessoa singular ou coletiva:

- a) A infração ao disposto nas alíneas *f)* e *g)* do artigo 7.º;
- b) A infração ao disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 19.º;
- c) Solicitar a inspeção da UPAC sem que a sua instalação esteja concluída.

3 - A negligência é punível, sendo os limites mínimos e máximos das coimas reduzidos para metade.

4 - A tentativa é punível com a coima aplicável à contraordenação consumada especialmente atenuada.



Ministério d.....



Decreto n.º

5 - A instrução dos processos de contraordenação e, bem assim, a aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias compete à DGEG, ou à entidade a quem esta venha a delegar tal competência.

6 - A receita resultante da cobrança das coimas reverte em 60 % para os cofres do Estado e em 40% para a DGEG.

7 - A receita a que se refere a alínea a) do número anterior, quando a mesma seja aplicada em virtude de contraordenação praticada em região autónoma, reverte para a respetiva região.

8 - A aplicação de coima prevista nos n.ºs 1 e 2 será participada ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. e à respetiva ordem ou associação profissional, quando esta exista.

Artigo 41.º

Sanções acessórias

1 - Em simultâneo com a coima e em função da gravidade das infrações e da culpa do agente pode ser aplicada ao infrator uma das seguintes sanções acessórias:

- a) A apreensão dos objetos pertencentes ao agente que tenham sido utilizados como instrumento na prática da infração;
- b) A interdição do exercício da atividade ou profissão conexas com a infração praticada por um período até dois anos;
- c) A privação do direito a subsídios ou benefícios concedidos por entidades públicas;
- d) A suspensão por um período até dois anos ou o cancelamento do registo da UP;
- e) O encerramento da UP.



Ministério d.....



Decreto n.º

2 - As sanções previstas no número anterior serão participadas ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. e à respetiva ordem ou associação profissional, quando esta exista.

Artigo 42.º

Publicidade da contraordenação

As decisões definitivas de aplicação de coima e, quando se justifique, da correspondente sanção acessória são publicitadas na plataforma indicada no artigo 9.º, e durante todo o período da respetiva inabilidade, quando se trate de qualquer das sanções acessórias previstas nas alíneas *b)*, *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 39.º.

Artigo 43.º

Responsabilidade criminal

O desrespeito pelo infrator da decisão de aplicação definitiva da sanção acessória prevista nas alíneas *b)*, *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 39.º constitui crime de desobediência nos termos do disposto no artigo 348.º do Código Penal.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 44.º

Aplicação às Regiões Autónomas

1 – O disposto no presente decreto-lei aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos termos e com as adaptações decorrentes do disposto no n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro, e da sua especificidade no que respeita à



Ministério d.....



Decreto n.º

descontinuidade, dispersão, dimensão geográfica e de mercado, nos termos a estabelecer em ato legislativo regional.

2 – As competências atribuídas pelo presente decreto-lei ao membro do Governo responsável pela área da energia, à DGEG e a outros organismos da administração, bem como ao CUR e ao ORD são exercidas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelos serviços, organismos e operadores com idênticas competências.

Artigo 45.º

Disposições transitórias

1 - As instalações de produção de eletricidade para autoconsumo que, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei se encontrem em exploração ao abrigo do RLIE ou da Portaria n.º 237/2013, de 24 de julho, passam a reger-se pelo regime estabelecido no presente decreto-lei, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - Os produtores referidos no número anterior têm o prazo de 3 meses contados da data da entrada em vigor do presente decreto-lei para realizar o seguinte:

- a) Instalar os equipamentos de contagem previstos no artigo 19.º;
- b) Celebrar o contrato de compra e venda de eletricidade referido no artigo 20.º, nos casos em que a instalação de utilização se encontre ligada à RESP e injetem ou pretendam injetar eletricidade na rede;
- c) Iniciar o pagamento da compensação prevista no artigo 25º;
- d) Contratar seguro de responsabilidade civil, nos termos da alínea *b)* do artigo 9º.

3 - As instalações referidas no n.º 1 sem exploração autorizada mas que se encontrem dotadas de licença de estabelecimento ou de comunicação prévia aceite, nos termos dos



Ministério d.....



Decreto n.º

regimes jurídicos nele previstos, passam igualmente a reger-se pelo presente decreto-lei, devendo os respetivos certificados de exploração ser concedidos nos termos do presente decreto-lei.

4 - Os pedidos em curso de tramitação à data da entrada em vigor do presente decreto-lei são decididos nos termos do presente decreto-lei aproveitando-se os atos e formalidades úteis já praticados.

5 - Até à entrada em operação da plataforma eletrónica do SRUP, nos termos do artigo 9.º, os pedidos e a aceitação de registos ou a emissão de certificados de exploração são processados com recurso a qualquer outro meio legalmente idóneo.

6 - O diretor-geral da DGEG emite as instruções que se tornem necessárias à boa execução do disposto neste artigo, e anuncia a entrada em operação da plataforma eletrónica do SRUPAC.

7 - As instruções e anúncio referidos no número anterior são divulgados no sítio da *Internet* da DGEG e se já disponível no SRUP.

Artigo 46.º

Norma revogatória

São revogados os regimes jurídicos da produção de eletricidade através de unidades de microprodução e de unidades de miniprodução constantes do Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 118-A/2010, de 25 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março, também alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro, respetivamente, sem prejuízo do disposto no número seguinte.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 47.º

Regimes jurídicos da microprodução e miniprodução

- 1 - A revogação prevista no artigo anterior não prejudica a manutenção em vigor dos regimes remuneratórios aplicáveis às unidades de microprodução ou miniprodução que dele beneficiem e se mantêm nos seguintes termos:
 - a) No caso do regime remuneratório bonificado, até ao termo do respetivo prazo legal, findo o qual a energia passa a ser remunerada no âmbito do regime geral da produção em regime especial, previsto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 33.º-G do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 237-B/2006, de 18 de dezembro, 199/2007, de 18 de maio, 264/2007, de 24 de julho, 23/2009, de 20 de janeiro, 104/2010, de 29 de setembro e 215-B/2012, de 8 de outubro.
 - b) No caso do regime remuneratório geral, até 15 anos contados desde a data de início do fornecimento de eletricidade à rede, findo o qual a energia passa a ser remunerada no âmbito do regime geral da produção em regime especial, previsto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 33.º-G do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 237-B/2006, de 18 de dezembro, 199/2007, de 18 de maio, 264/2007, de 24 de julho, 23/2009, de 20 de janeiro, 104/2010, de 29 de setembro e 215-B/2012, de 8 de outubro.
- 2 - Os titulares de registos de microprodução ou miniprodução enquadrados no regime de mercado mantêm este enquadramento remuneratório, ficando a atividade desenvolvida pelas respetivas unidades a regerem-se pelo disposto na Portaria n.º 237/2013, de 24 de



Ministério d.....



Decreto n.º

julho, a partir de 1 de março de 2015, sem prejuízo do exercício da opção prevista no n.º 5.

- 3 - Independentemente dos regimes remuneratórios aplicáveis nos termos dos regimes jurídicos da microprodução ou miniprodução ou do disposto nos números 1 a 3, os titulares de registos de microprodução ou miniprodução podem optar pelo seu enquadramento no regime jurídico da produção para autoconsumo previsto no presente decreto-lei, devendo para o efeito apresentar um pedido no SRUP, acompanhado do respetivo certificado de exploração.
- 4 - O exercício da opção referida no número anterior implica a cessação definitiva do regime remuneratório de que o produtor viesse a beneficiar ao abrigo do regime jurídico da microprodução ou miniprodução ou ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 a 3, consoante for o caso.
- 5 - Após a cessação do período de remuneração aplicável nos termos dos números 1 ou 3, os titulares de registos relativos a unidades de microprodução ou miniprodução passam a reger-se pelo disposto na Portaria n.º 237/2013, de 24 de julho, sem prejuízo do exercício da possibilidade de exercício da opção prevista no n.º 4.
- 6 - Tendo em conta o disposto no artigo anterior, o Sistema de Registo da Microprodução e da Miniprodução encerra para receção de novos pedidos de registo de unidades de microprodução e miniprodução a partir do dia 1 de setembro de 2014.
- 7 - O diretor-geral da DGEG emite as instruções que se tornem necessárias à sua boa execução do disposto neste artigo, e procede à sua divulgação no sítio da *Internet* da DGEG e se já disponível no SRUPAC.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 48.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 10 dias após a data da sua publicação.